



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – INFORMAÇÕES INICIAIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	276/2026
SECRETARIA:	Secretaria Municipal De Obras, Serviços Urbanos E Transporte
SETOR:	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
DATA:	14 de Abril de 2026

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO I)

A presente demanda visa à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PUBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASEARA/TO**, de acordo com projetos, especificações do memorial descritivo, planilha orçamentaria e cronograma físico financeiro.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras dentre outras atribuições, é responsável por melhoria na infraestrutura viária, no tráfego, urbanização entre outras. A necessidade da Pavimentação Asfáltica é de muita importância para os moradores, gerando qualidade de vida e oportunizando melhor trafegabilidade de veículos e pedestres. Vale salientar que a pavimentação asfáltica permitirá atender a uma necessidade da Secretaria de Infraestrutura e Obras, melhorando as condições de várias de ruas que sempre foram objeto de manutenções periódicas, proporcionando assim melhorias consideráveis na qualidade de vidas da população como um todo. A ausência da pavimentação dessas vias poderá ocasionar os seguintes prejuízos: no curto prazo problemas de trafegabilidade e no longo prazo pode vir a ser a causa de outras precariedades observadas, como o aumento da criminalidade e a falta de segurança devido à pouca utilização das mesmas como espaço de integração dos usuários.

3 - ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO II)

A contratação para execução de pavimentação asfáltica de vias publicas no município de Caseara/TO está estrategicamente alinhada com a Lei Orçamentária Anual, refletindo a coerência com o planejamento estratégico da Administração Municipal para atender à demanda crescente e prioritária da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.

A presente contratação foi cuidadosamente considerada e incluída no orçamento municipal, demonstrando um compromisso sólido com os serviços públicos oferecidos à comunidade. Ao priorizar a pavimentação asfáltica de vias publicas no município de Caseara/TO, a Administração busca promover a segurança, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Além disso, ao garantir que esta contratação esteja alinhada com a Lei Orçamentária Anual, asseguramos a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, cumprindo os princípios da eficiência e da economicidade. Esta medida visa otimizar o uso dos recursos financeiros disponíveis, direcionando-os para investimentos que tragam benefícios tangíveis e duradouros para a comunidade, conforme as diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico municipal.

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO III)

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de **Serviços de Engenharia**, de natureza **não continuada**, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/21.



Esta escolha deve estar embasada em critérios técnicos, econômicos e sustentáveis, assegurando o atendimento as leis e regulamentações aplicáveis, sem abrir mão dos padrões mínimos de qualidade e desempenho exigidos.

Requisitos Qualitativos:

- A contratada deverá ser empresa especializada em serviços de engenharia destinados a execução do serviço em tela;
- Estar devidamente registrada no conselho de engenharia ou arquitetura;
- Possuir capacidade técnica adequada para a finalidade proposta;
- Ser responsável por correções dos serviços durante a sua execução, estando disponível para sanar dúvidas e possíveis inconsistências;
- A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, mantendo durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Requisitos Técnicos da Contratação:

- A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá demonstrar a execução mínima de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos para os itens de maior relevância técnica definidos no projeto básico, conforme entendimento consolidado dos tribunais de contas. Para fins de comprovação da qualificação técnica, os licitantes deverão apresentar documentação que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

a). A comprovação será realizada mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo conselho de classe competente.

b). Serão considerados itens de maior relevância técnica, conforme estabelecido na planilha orçamentária e memorial descritivo do projeto, aqueles que apresentam maior impacto técnico e financeiro na execução do objeto, devendo o licitante comprovar experiência anterior na execução de serviços compatíveis com os seguintes itens:

I - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 M3XKM 10.450,58.

II- GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_01/2024 M 3.320,28.

III- PAVIMENTO COM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO, COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C, COM CAPA SELANTE. - BASEADO NA COMPOSIÇÃO 97807, M² 8.504,46.

IV- TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 M3X, KM 54.256,76.

A comprovação deverá demonstrar que o licitante já executou serviços de natureza semelhante, em quantitativos compatíveis com os itens de maior relevância definidos no projeto, garantindo a capacidade técnica necessária para a adequada execução do objeto contratado.

- Registro Profissional:

a) Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) competente, com jurisdição sobre o domicílio da matriz da licitante, em plena validade



- Capacidade Técnico-Profissional:

a) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, em nome do(s) profissional(is) de nível superior detentor(es) de responsabilidade técnica, que comprove a execução de serviços de engenharia de características semelhantes ao objeto desta licitação, envolvendo:

Apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a licitante já executou serviços pertinentes e compatíveis em características e prazos com o objeto desta licitação. Os atestados deverão indicar o nome do contratante, local, prazos e os serviços prestados.

Declaração assinada pelo representante legal de que a empresa dispõe de equipe técnica, instalações e aparelhamento técnico adequados e disponíveis para a realização dos serviços no prazo estipulado.

- Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo ou da ata de eleição dos administradores.

- Aptidão técnico-operacional: mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por Pessoa(s) Jurídica(s) de direito público ou privado.

Relevância dos Requisitos Estipulados:

- Os requisitos solicitados são indispensáveis pois garantem as condições necessárias para caracterização do objeto e sua execução, bem como qualifica o curso correto do processo de contratação, exigindo condições e adequabilidade legal para participação do certame.

JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DE EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA

A exigência de comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia competente justifica-se pela natureza eminentemente técnica dos serviços de pavimentação asfáltica, que envolvem atividades típicas de engenharia civil, demandando conhecimento especializado, responsabilidade técnica e observância de normas técnicas específicas.

exigência de registro no CREA assegura que a empresa e seus responsáveis técnicos estejam legalmente habilitados para o exercício das atividades de engenharia, garantindo que os serviços sejam executados por profissionais qualificados, devidamente registrados e submetidos à fiscalização profissional, o que reduz riscos de falhas técnicas, prejuízos ao erário e comprometimento da segurança dos usuários das vias públicas.

Além disso, a presença de responsável técnico habilitado possibilita a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), instrumento essencial para a formalização da responsabilidade pela execução dos serviços, assegurando maior controle, rastreabilidade e responsabilização em caso de eventuais vícios ou defeitos construtivos.

Dessa forma, a exigência da referida equipe técnica não configura restrição à competitividade, mas sim medida necessária, proporcional e alinhada ao interesse público, visando assegurar a execução dos serviços com qualidade, segurança, eficiência e em conformidade com as normas técnicas e legais aplicáveis.

Em atendimento ao § 10 do Art. 80 da Lei 14.133/2021, **só poderão participar** deste certame as empresas devidamente qualificadas tecnicamente, que possuam o Certificado de Pré-Qualificação vigente emitido pela Prefeitura de Caseara - TO, em conformidade com o Edital de Pré-qualificação Permanente nº 002/2026 - Processo nº 251/2026.

5 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO E LEVANTAMENTO DE MERCADO (ART. 18, §1º, INCISO IV, V E VI)



Para esta contratação os quantitativos de materiais e mão de obra foram definidos através de um conjunto de projetos técnico-executivos a partir de seus respectivos memoriais descritivos e planilhas orçamentárias anexo a esse Estudo Técnico.

A estimativa de preços foi elaborada com base nos quantitativos do Projeto Básico e Projeto Executivo, utilizando-se preços de referência do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, conforme os boletins vigentes. Para os itens não contemplados diretamente no SINAPI, foram desenvolvidas composições analíticas próprias, acompanhadas de memorial de cálculo e justificativas técnicas, em conformidade com as boas práticas de engenharia e devidamente vinculadas à ART do responsável técnico.

6 - SOLUÇÃO COM UM TODO E EXIGÊNCIAS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ART. 18, §1º, INCISO VII)

A solução proposta para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras do Município de Caseara foi meticulosamente desenhada conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e sua jurisprudência correspondente.

A solução como um todo consiste em um conjunto coordenado de serviços, desde a preparação da área até a entrega final da via pavimentada, garantindo durabilidade, desempenho estrutural e segurança. A execução seguirá estritamente o Projeto Básico, o Projeto Executivo e o cronograma físico-financeiro aprovado, assegurando padronização e conformidade técnica.

As etapas contemplam: Serviços Preliminares, Mobilização e Desmobilização, Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem Superficial e Sinalização Vertical.

A escolha dessa solução se justifica por seu caráter consolidado, eficiente e amplamente utilizado em infraestruturas viárias, proporcionando melhor custo-benefício, maior vida útil do pavimento e facilidade de manutenção futura. As intervenções deverão observar as melhores práticas executivas, compatíveis com a boa técnica de engenharia, garantindo qualidade, segurança, economicidade e eficiência na resposta às necessidades da população, conforme detalhado no Projeto Básico e neste Estudo Técnico Preliminar.

7 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO VIII)

O objeto será contratado em lote único, sob regime de empreitada por preço global, em razão da natureza indivisível da obra e da necessidade de execução coordenada dos serviços. O parcelamento comprometeria a eficiência técnica e econômica, conforme art. 47, II e §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando:

- Interdependência técnica dos serviços (pavimentação e drenagem);
- Ganho de escala e economicidade com a contratação integral;
- Maior facilidade de fiscalização e controle administrativo.

8 - RESULTADOS PRETENDIDOS (ART. 18, §1º, INCISO IX)

A presente contratação busca alcançar resultados que representem não apenas benefícios imediatos à infraestrutura urbana, mas também ganhos em termos de economicidade e eficiência administrativa, garantindo o melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis. Entre os principais resultados esperados, destacam-se:



- Melhoria da infraestrutura viária urbana, com impacto direto na mobilidade e acessibilidade;
- Redução de poeira e lama em períodos sazonais, contribuindo para a saúde pública e qualidade de vida da população;
- Diminuição de custos de manutenção corretiva, proporcionando maior racionalização e economicidade na gestão pública;
- Garantia de maior segurança viária para pedestres, ciclistas e motoristas;
- Valorização imobiliária e ordenamento do espaço urbano;
- Melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros do Município, assegurando eficiência administrativa e cumprimento do interesse público.

Esses resultados pretendidos buscam trazer uma resposta eficaz para a necessidade pública identificada, contribuindo para o bem-estar da comunidade e para a otimização da gestão de recursos no Município de Caseara, sempre sob o cumprimento rigoroso da legislação pertinente.

9 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (ART. 18, §1º, INCISO X)

Para o sucesso do processo de contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica de vias públicas no município de Caseara/TO, as seguintes providências deverão ser adotadas:

- Elaboração do projeto básico, planilhas e anexos;
- Indicação de engenheiro fiscal pela Secretaria de Obras para acompanhamento da execução;
- Capacitação da equipe de fiscalização quanto ao controle tecnológico dos materiais e serviços;
- Realizar Pré-qualificação de fornecedores para garantir a qualidade e padronização dos serviços e materiais ofertados.
- Publicação do edital após análise jurídica e aprovação da autoridade competente.

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, §1º, INCISO XI)

Não há contratações correlatas ou interdependentes em andamento ou previstas que comprometam a execução do objeto.

11 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (ART. 18, §1º, INCISO XII)

O procedimento de contratação pública deve sempre buscar o melhor para o interesse público, o que vai além da mera obtenção do menor preço. É necessário avaliar também os impactos positivos e negativos decorrentes da execução da obra, especialmente quanto a:

- a) observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) emprego eficiente dos recursos públicos;
- c) conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) utilização de agregados reciclados, sempre que houver disponibilidade;
- e) remoção, transporte e destinação final de resíduos em conformidade com as normas de controle aplicáveis;
- f) observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas, como ABNT e INMETRO.

Nos termos do art. 45 da Lei nº 14.133/2021, as obras e serviços de engenharia deverão observar, especialmente, as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos



gerados, à mitigação de impactos e compensação ambiental, à utilização de produtos, equipamentos e serviços que favoreçam a redução do consumo de energia e recursos naturais, à avaliação de impacto de vizinhança e à proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial.

De igual modo, a Resolução CONAMA nº 307/2002 define os resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições, bem como os resultantes da preparação e escavação de terrenos, como tijolos, concreto, solos, metais, madeira, gesso, plásticos, pavimento asfáltico, entre outros. Tais resíduos, comumente denominados entulhos ou calça, deverão ser devidamente geridos e destinados de forma ambientalmente adequada.

A execução da pavimentação em CBUQ implicará inevitavelmente na geração de resíduos da construção civil, razão pela qual a futura contratada deverá adotar boas práticas de engenharia, reduzindo a produção de resíduos sempre que possível e destinando-os de forma correta, de modo a mitigar os impactos ambientais.

Nos termos do art. 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021, o Termo de Referência deve conter os elementos necessários e suficientes para dimensionar a obra, inclusive quanto às medidas ambientais. Assim, caberá à Contratante fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental e à Contratada a observância das normas ambientais durante a execução da obra .

Os impactos ambientais são pontuais e temporários, consistindo em emissão de poeira, ruídos e resíduos durante a obra. Como medidas mitigadoras, serão exigidos:

- Controle de poeira com uso de água;
- Destinação adequada de resíduos e entulhos em áreas licenciadas;
- Utilização de usina de asfalto licenciada;
- Atendimento às normas ambientais aplicáveis.

O planejamento adotado busca não apenas atender as necessidades do Município de Caseara de forma eficaz, mas também garantir que essa eficácia se harmonize com as diretrizes ambientais vigentes e o compromisso com o futuro sustentável da região, em conformidade com o Art. 5º e Art. 18, XII da Lei 14.133/2021.

11 - JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO

Visando proporcionar melhores condições de tráfego, segurança e mobilidade à população, opta-se pela utilização da Concorrência Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com base nos fundamentos abaixo.

1. Natureza do Objeto

O objeto em questão trata-se de serviços comuns de engenharia, com critérios objetivos de julgamento (menor preço global ou por item), o que é plenamente compatível com a modalidade Concorrência, conforme o Art. 6º, inciso LV e Art. 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

2. Eficiência Administrativa e Otimização de Recursos

A adoção da modalidade Concorrência Eletrônica para a contratação de empresa especializada na execução de serviços de pavimentação asfáltica se mostra a mais adequada sob a ótica da eficiência administrativa e da economicidade, considerando a complexidade, abrangência e natureza dos serviços envolvidos.



3. Justificativa Econômica

A modalidade Concorrência Eletrônica favorece a obtenção de melhores preços por meio da competição ampla, promovendo a economicidade e permitindo contratações com valores já ajustados ao mercado, respeitando os princípios da razoabilidade e vantajosidade da contratação, conforme previsto no Art. 11, inciso I da mesma Lei.

4. Utilização da Modalidade Eletrônica

A modalidade Concorrência Eletrônica é recomendada quando o objeto licitado envolver bens e serviços comuns, com especificações objetivas e padronizadas, o que se aplica ao caso presente, visto que a execução de pavimentação asfáltica de vias públicas no município de Caseara/TO pode ser especificado de forma clara, objetiva e comparável entre os fornecedores, conforme o Termo de Referência.

Por outro lado, caso a Administração entenda que o objeto envolve maior complexidade técnica ou que a natureza da contratação exija julgamento mais detalhado de proposta, poderá-se optar pela **Concorrência Eletrônica**, especialmente considerando a Lei nº 14.133/2021, que prevê a modalidade para obras e serviços de engenharia de maior vulto, ou nos casos em que o critério de média complexidade.

Além disso, a opção por uma das modalidades eletrônicas atende ao princípio da ampla competitividade, promovendo a participação de um maior número de fornecedores, com alcance nacional, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Conclusão:

Portanto, considerando a natureza do objeto, a imprevisibilidade da demanda, a necessidade de pronta resposta da administração, os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e transparência, justifica-se de forma plenamente técnica, jurídica e administrativa, a escolha pela modalidade Concorrência Eletrônica.

12 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE E ADEQUAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO XIII)

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em harmonia com a Lei Federal nº 14.133/2021 e em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao atendimento da necessidade de execução de pavimentação asfáltica em diversas ruas do Município de Caseara – TO.

Os riscos envolvidos foram analisados e são considerados administráveis, podendo ser mitigados por meio da adequada fiscalização técnica e do acompanhamento da execução contratual.

A Declaração de Disponibilidade Orçamentária será juntada em fase posterior do processo, para fins de regular instrução da contratação.

Por todo o exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução da pavimentação asfáltica é viável, necessária e razoável, sendo medida imprescindível para garantir maior eficiência na mobilidade urbana, melhoria da qualidade de vida da população e uso racional dos recursos públicos.

Assim, declara-se a viabilidade da contratação, sua razoabilidade e a recomendação para o seu prosseguimento, em estrita observância ao interesse público

13 – RESPONSÁVEIS E ASSINATURAS



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ Nº. 24.851.487/0001-84**



**DENISE CRISTINA OLIVEIRA LIMA
R.T DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

Aprovado:

**RITHELMAN CARVALHO DE ARAUJO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS**